



ANDRADINA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA - SÃO PAULO

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMEF) – PEB I

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Noções de Informática

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ANDRADINA - SP

▼

Professor de Ensino Fundamental
(EMEF) – PEB I



SL-183AG-26
7901183007516

Língua Portuguesa

1. Gêneros textuais multimodais	9
2. Linguagem.....	11
3. Tipos de discurso	12
4. Coesão e coerência textuais	15
5. Intertextualidade e polifonia	18
6. Variedades linguísticas.....	21
7. Língua padrão: ortografia	22
8. Acentuação	28
9. Pontuação	30
10. Semântica: denotação e conotação; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; polissemia e ambiguidade	32
11. Figuras de linguagem	35
12. Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	38
13. Classes de palavras	43
14. Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas	51
15. Concordância nominal e verbal	55
16. Regência nominal e verbal.....	58
17. Crase	62
18. Sintaxe de colocação.....	65
19. Vícios de linguagem	66

Matemática

1. Conjunto de números reais; Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores	79
2. MDC e MMC	93
3. Razão e Proporção	94
4. Porcentagem.....	96
5. Juros Simples	97
6. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume: unidades de medida; transformações de unidades	98
7. Estatística: noções básicas; Interpretação e construção de tabelas e gráficos; Tratamento da Informação.....	104
8. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano	109
9. Noções de probabilidade e análise combinatória.....	118

Legislação

1. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Art. 53-59 e 136-137 e suas atualizações.	125
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas atualizações.....	127
3. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 - Artigos: Constituição Federal de 1988. Art. 205 a 214	147
4. Lei que estabelece o Plano Nacional de Educação: Lei nº 15.388/2026.....	150

ÍNDICE

5. Lei 15.211/2025: Eca Digital.....	155
6. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	163
7. Lei nº 10.639/03- inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.....	164
8. Lei 11.645/2008- estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.....	165
9. Lei nº 13.146/2015- Lei brasileira da inclusão	165
10. Base Nacional Comum Curricular- Secretaria de Educação Básica - Brasília, MEC, SEB, 2017 (Introdução).....	183
11. Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024: Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)	230
12. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (RENEEI) no Brasil.....	233
13. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021- Acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.....	237
14. Lei nº 14.113/2020- Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências	238
15. Lei nº 13.257/2016- Lei que institui o Marco Legal pela Primeira Infância.....	253
16. Lei nº 4.217/2024 aprova o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Andradina, SP, com validade de dez anos, de 2024 a 2034	259
17. Lei 3905/2022- Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal de Andradina e dá outras providências.....	259
18. Lei nº 13.431/2017- normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.....	260

Conhecimentos Específicos

Professor de Ensino Fundamental (EMEF) – PEB I

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na BNCC.....	267
2. Políticas públicas de inclusão e valorização do magistério	267
3. Educação ambiental e sustentabilidade.....	271
4. Educação Antirracista.....	272
5. Correntes filosóficas e sua influência no pensamento educacional	274
6. Papel da escola e do professor na formação integral do educando	278
7. Relações entre educação, cultura e sociedade	281
8. Função social da escola.....	285
9. Desigualdade, diversidade e inclusão; escola como espaço de reprodução e transformação social; multiculturalismo e pluralidade cultural na educação.....	286
10. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem; aspectos cognitivos, afetivos e sociais do processo educativo	290
11. Contribuições de Piaget, Vygotsky, Wallon, Ausubel, Skinner, Freire; Stanislas Dehaene, Marilyn Jager Adams, Usha Goswami e Peter Bryant	296
12. Currículo e cultura: visão interdisciplinar e transversal do conhecimento	299
13. Currículo: diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais e o combate à desigualdade.....	303
14. Currículo, conhecimento e processo de aprendizagem: as tendências pedagógicas na escola.....	307

15. Desenvolvimento dos saberes escolares da matemática e das diversas áreas de conhecimento.....	309
16. A avaliação diagnóstica ou formadora e os processos de ensino e de aprendizagem.....	313
17. História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	316
18. Pensamento Computacional.....	319
19. Saúde mental na escola	319
20. Educação de Jovens e Adultos	322
21. Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens.....	325
22. A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: continuidade e rupturas.....	328
23. Alfabetização e letramento: diferenças, complementaridades e abordagens teóricas	332
24. Processos cognitivos e linguísticos da leitura e da escrita	335
25. Planejamento e Avaliação da Aprendizagem: Planejamento escolar como instrumento de organização e intencionalidade pedagógica; Etapas, objetivos e conteúdos no planejamento.....	339
26. Critérios e instrumentos de avaliação: observação, portfólios, autoavaliação, rubricas e registros de aprendizagem. A avaliação como processo contínuo, diagnóstico e formativo.	343
27. Avaliação institucional e qualidade da educação.....	347
28. Métodos de aprendizagem: método global; método fônico	351
29. Consciência fonológica e consciência fonêmica	351
30. Uso pedagógico das tecnologias digitais no Ensino Fundamental.....	355
31. Alfabetização digital e competências digitais docentes.....	359
32. Pensamento Computacional.....	362
33. Avaliações Externas (Matrizes CNCA, SARESP, SAEB	362
34. Indicadores Educacionais.....	370
35. Fluência Leitora.....	374
36. Protocolo de identificação ao racismo nos anos iniciais do ensino fundamental.....	378

Material Digital

Noções de Informática

1. Windows 10 ou superior: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos do Microsoft-365	3
2. Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....	11
3. Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	12
4. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: navegação	15
5. Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.....	17
6. MS Teams: chats, chamadas de áudio e vídeo, criação de grupos, trabalho em equipe: Word, Excel, PowerPoint, SharePoint e OneNote, agendamento de reuniões e gravação	21
7. OneDrive: armazenamento e compartilhamento de arquivos	30

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

GÊNEROS TEXTUAIS MULTIMODAIS

CONCEITO DE MULTIMODALIDADE E CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS TEXTUAIS MULTIMODAIS

Os gêneros textuais multimodais são formas de comunicação que combinam diferentes modos de linguagem para construir sentidos. Em vez de depender exclusivamente da linguagem verbal escrita, esses gêneros articulam palavras, imagens, cores, sons, gestos, elementos gráficos, movimento, diagramação e outros recursos. Essa combinação é muito comum na comunicação contemporânea, especialmente em ambientes digitais, mas também está presente há muito tempo em materiais impressos, cartazes, histórias em quadrinhos, propagandas, mapas, infográficos e diversas outras formas de texto. A multimodalidade parte da ideia de que os sentidos de uma mensagem não são produzidos apenas pelas palavras, mas pelo conjunto dos elementos que compõem o texto.

Em um anúncio publicitário, por exemplo, a mensagem pode ser construída pela combinação entre uma frase curta, uma fotografia, determinadas cores, o tamanho das letras e a posição dos elementos na página. Nenhum desses recursos atua de maneira totalmente isolada. Uma mesma frase pode produzir efeitos diferentes quando associada a imagens distintas ou quando apresentada em cores e fontes diferentes. Por isso, a leitura de gêneros multimodais exige atenção não apenas ao que está escrito, mas também à maneira como todos os recursos foram organizados.

A multimodalidade está diretamente relacionada às mudanças nas formas de comunicação. Com o crescimento da televisão, da internet, dos celulares e das redes digitais, as pessoas passaram a conviver diariamente com textos que misturam diferentes linguagens. Vídeos, postagens em redes sociais, sites, aplicativos, apresentações e notícias digitais frequentemente integram escrita, fotografia, ícones, áudio e movimento. Nesse contexto, saber ler apenas palavras não é suficiente para compreender plenamente muitas mensagens.

A leitura multimodal exige identificar como os diferentes modos se complementam. Em algumas situações, a imagem confirma aquilo que o texto verbal afirma. Em outras, amplia a informação ou apresenta dados que não estão escritos. Também existem casos em que imagem e palavra entram em contraste, produzindo humor, crítica ou ironia. Essa relação precisa ser analisada para que o leitor compreenda o sentido completo.

O conceito de gênero textual continua sendo importante nesse contexto. Um gênero corresponde a uma forma relativamente estável de comunicação utilizada em determinadas situações sociais. Notícia, receita, anúncio, história em quadrinhos, infográfico, cartaz e postagem digital são exemplos de gêneros porque possuem finalidades, estruturas e formas de circulação próprias. Quando esses gêneros utilizam mais de um modo de linguagem, podem ser considerados multimodais.

É importante perceber que nem todo gênero multimodal utiliza exatamente os mesmos recursos. Uma história em quadrinhos combina principalmente linguagem verbal, desenho, balões, enquadramentos e sinais gráficos. Um vídeo pode reunir voz, música, imagens em movimento, legendas e efeitos sonoros. Um infográfico utiliza textos curtos, números, gráficos, ícones, cores e organização espacial. Cada gênero constrói seus sentidos de acordo com suas características e finalidades.

A multimodalidade também influencia a maneira como o leitor percorre o texto. Em um texto predominantemente verbal e linear, a leitura tende a seguir uma sequência de cima para baixo e da esquerda para a direita. Em um infográfico ou página digital, o leitor pode percorrer diferentes caminhos, alternando entre imagens, títulos, gráficos e blocos de informação. Essa organização exige uma leitura mais dinâmica e uma capacidade maior de selecionar e relacionar dados.

Compreender gêneros textuais multimodais significa, portanto, reconhecer que a comunicação contemporânea utiliza múltiplas formas de expressão. O leitor precisa observar palavras, imagens, sons, cores e organização visual como elementos que participam da construção do significado. Esse conhecimento amplia a capacidade de interpretar textos e também de produzir mensagens mais claras e adequadas a diferentes situações.

► Principais recursos utilizados na construção de textos multimodais

Os textos multimodais utilizam diversos recursos que podem atuar de forma complementar. A linguagem verbal continua sendo um dos principais, especialmente em títulos, legendas, diálogos, explicações e orientações. Entretanto, ela divide espaço com imagens, cores, elementos gráficos, sons e outros recursos. O significado final resulta da interação entre essas diferentes formas de comunicação.

As imagens possuem grande importância. Fotografias, desenhos, ilustrações, símbolos e ícones podem informar, explicar, emocionar ou chamar atenção. Em uma notícia, uma fotografia pode ajudar a contextualizar o acontecimento. Em uma propaganda, pode criar uma associação emocional com determinado produto. Em um manual de instruções, desenhos podem demonstrar procedimentos de maneira mais rápida do que uma longa explicação verbal.

As cores também produzem sentidos. Elas podem destacar informações, criar contrastes, organizar categorias ou provocar determinadas associações. Em um infográfico, cores diferentes podem separar grupos de dados. Em uma campanha de conscientização, determinada cor pode ser utilizada para representar um tema. Entretanto, o sentido das cores depende do contexto cultural e do gênero, razão pela qual não devem ser interpretadas de forma rígida.

O tamanho e o tipo das letras também interferem na leitura. Títulos costumam aparecer em tamanho maior para indicar hierarquia. Palavras em negrito podem destacar informações importantes. Fontes diferentes podem criar efeitos de formalidade, informalidade, modernidade ou tradição. A tipografia, portanto, também comunica.

A disposição dos elementos na página ou na tela é outro recurso fundamental. A posição de uma imagem, o espaço entre os blocos de texto e a ordem das informações orientam o olhar. Um elemento colocado no centro e em tamanho grande tende a receber maior atenção. Uma legenda próxima de uma fotografia facilita a associação entre texto e imagem. Essa organização é chamada frequentemente de composição visual.

Os sons aparecem principalmente em gêneros audiovisuais. Música, voz, ruídos e efeitos sonoros podem criar clima, marcar transições e reforçar emoções. Em um vídeo, a mesma sequência de imagens pode produzir sensações muito diferentes dependendo da trilha sonora utilizada. Um som de suspense pode gerar tensão, enquanto uma música alegre pode tornar a mesma cena mais leve.

O movimento também integra gêneros multimodais digitais e audiovisuais. Animações, transições e deslocamentos de câmera influenciam a forma como as informações são percebidas. Em uma apresentação digital, uma animação pode destacar um elemento específico. Em um vídeo, cortes rápidos podem criar sensação de velocidade, enquanto planos longos podem transmitir calma ou tensão.

Ícones e símbolos também possuem grande presença. Em aplicativos e sites, desenhos simples representam funções como salvar, compartilhar, apagar ou voltar. Esses elementos permitem compreender ações sem necessidade de palavras. Entretanto, seu significado depende do conhecimento cultural e do uso habitual.

Em textos multimodais, esses recursos não devem ser analisados separadamente. O mais importante é perceber como trabalham em conjunto. Uma fotografia pode reforçar o título, uma cor pode destacar uma informação central e um gráfico pode explicar dados apresentados no texto. O leitor precisa articular todas essas informações para construir uma interpretação completa.

► Principais gêneros textuais multimodais e suas funções

Entre os gêneros multimodais mais comuns está a história em quadrinhos. Esse gênero combina imagens sequenciais, balões de fala, legendas, sinais gráficos e diferentes tipos de enquadramento. O sentido da narrativa depende tanto dos diálogos quanto das ações representadas visualmente. Expressões faciais, posição dos personagens, tamanho dos quadros e uso de onomatopéias ajudam a construir a história.

As tirinhas possuem características semelhantes, mas geralmente são mais curtas e apresentam poucas cenas. Muitas utilizam humor, ironia ou crítica social. A compreensão da tirinha frequentemente depende da relação entre o que os personagens dizem e aquilo que aparece na imagem. Em alguns casos, a graça surge justamente da contradição entre linguagem verbal e visual.

Os cartazes também são gêneros multimodais importantes. Eles costumam utilizar frases curtas, imagens chamativas, cores e informações organizadas de forma direta. Sua função pode ser divulgar eventos, orientar comportamentos, promover campanhas ou transmitir avisos. Como geralmente são observados rapidamente, precisam apresentar informações claras e visualmente organizadas.

A propaganda combina linguagem verbal e visual com a finalidade de persuadir. Ela procura influenciar comportamentos, escolhas e opiniões. Fotografias, slogans, cores, músicas e celebridades podem ser utilizados para criar associações positivas com um produto ou ideia. A leitura crítica desse gênero exige perceber não apenas o conteúdo explícito, mas também as estratégias de persuasão.

O infográfico é outro gênero multimodal bastante utilizado. Ele combina pequenos textos, números, gráficos, mapas, ícones e imagens para apresentar informações de maneira visualmente organizada. Seu objetivo é facilitar a compreensão de dados complexos. Para interpretá-lo, o leitor precisa relacionar diferentes elementos e compreender como eles se complementam.

Mapas e gráficos também podem ser considerados textos multimodais porque utilizam símbolos, cores, números, legendas e organização espacial. Um mapa não comunica apenas por palavras, mas também pela posição dos elementos e pelas convenções utilizadas. Da mesma forma, um gráfico transforma dados numéricos em formas visuais que precisam ser interpretadas.

As notícias digitais apresentam forte multimodalidade. Além do texto escrito, podem incluir fotografias, vídeos, gráficos, links, mapas e comentários. Essa estrutura amplia as possibilidades de informação, mas também exige atenção à confiabilidade e à relação entre os diferentes elementos.

As postagens em redes sociais são outro exemplo frequente. Elas podem combinar texto, imagem, vídeo, emojis, hashtags e links. Muitas vezes, a mensagem é construída de maneira rápida e depende fortemente do contexto. Um emoji pode modificar o tom de uma frase, enquanto uma imagem pode reforçar ou contradizer aquilo que foi escrito.

Os memes também são gêneros multimodais muito presentes na comunicação digital. Eles geralmente combinam imagens, frases curtas e referências culturais compartilhadas. O humor depende do conhecimento do contexto e da capacidade de relacionar imagem e texto. Muitas vezes, compreender um meme exige conhecer um acontecimento, personagem ou situação anterior.

Os vídeos constituem uma forma especialmente complexa de multimodalidade. Eles podem combinar voz, imagem, música, texto escrito, movimento e efeitos visuais. A interpretação precisa considerar todos esses elementos. Um vídeo educativo, por exemplo, pode utilizar narração, animações e legendas para explicar um conceito, enquanto um vídeo publicitário utiliza os mesmos recursos para convencer o público.

MATEMÁTICA

CONJUNTO DE NÚMEROS REAIS; RADICAIS: OPERAÇÕES – SIMPLIFICAÇÃO, PROPRIEDADE – RACIONALIZAÇÃO DE DENOMINADORES

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

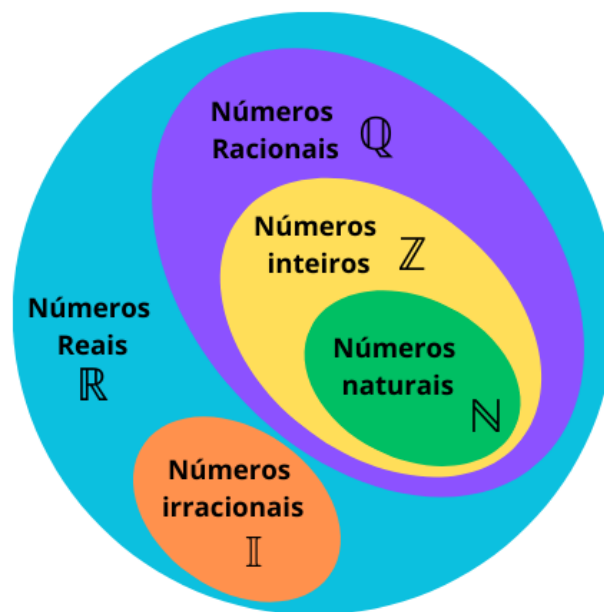
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra $\mathbb{N}$ e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

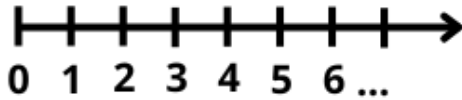
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

$\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.

▪ **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

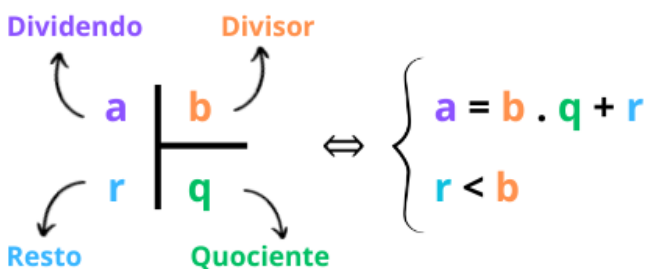
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "."; para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

2) João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

LEGISLAÇÃO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990; ART. 53-59 E 136-137 E SUAS ATUALIZAÇÕES.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e organizações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III - elevados níveis de repetência.

IV - negligência, abuso ou abandono na forma prevista nos arts. 4º e 5º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional, respeitar-se-ão os valores culturais, morais, éticos, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se-lhes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura. (Redação dada pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)

Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)

(...)

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança; (Redação dada pela Lei nº 15.268, de 2025)

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal ;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

XIII - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

XIV - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

XV - representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

XVI - representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

XVII - representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

XVIII - tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

XIX - receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

XX - representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

(...)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA BNCC

*Prezado (a), o tema acima supracitado, será abordado na matéria de Legislação
Bons estudos!*

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

INCLUSÃO EDUCACIONAL COMO RESPONSABILIDADE PÚBLICA

A inclusão educacional resulta de decisões coletivas que transformam o direito à educação em condições reais de acesso, participação, aprendizagem e permanência. Não se reduz à matrícula de grupos historicamente afastados da escola, porque a presença física pode coexistir com barreiras arquitetônicas, comunicacionais, curriculares, econômicas e atitudinais. Políticas públicas inclusivas procuram reconhecer essas barreiras, distribuir responsabilidades entre diferentes níveis de governo e criar mecanismos para que cada rede de ensino responda às necessidades de sua população sem produzir circuitos escolares de menor qualidade para determinados grupos.

► Universalidade do direito e respostas diferenciadas

Uma política universal afirma que todas as pessoas têm o mesmo direito à educação; uma política orientada pela equidade reconhece que condições desiguais de partida exigem apoios distintos para que o direito tenha conteúdo concreto. Essa distinção impede duas simplificações. A primeira é tratar todos de maneira idêntica quando alguns estudantes enfrentam obstáculos específicos. A segunda é transformar a diferença em justificativa para segregação ou redução das expectativas de aprendizagem. A ação pública precisa combinar uma base comum de direitos com recursos, acessibilidade, apoios pedagógicos e formas de participação compatíveis com situações diversas.

Barreiras que deslocam o problema do indivíduo para o sistema

A perspectiva inclusiva examina o ambiente escolar antes de atribuir dificuldades exclusivamente ao estudante. Uma criança que não acessa uma atividade porque o material não é legível, porque a comunicação não é compreensível ou porque o espaço impede sua circulação encontra um obstáculo produzido na organização da oferta. O mesmo vale para estudantes cujo vínculo escolar é fragilizado por transporte precário, discriminação, ausência de apoio linguístico ou incompatibilidade entre horários institucionais e condições familiares. O diagnóstico de barreiras permite que a política atue sobre causas modificáveis e evite respostas que individualizam problemas estruturais.

A comparação abaixo mostra como diferentes dimensões da inclusão exigem instrumentos públicos distintos e resultados observáveis igualmente diversos.

Dimensão	Barreira típica	Instrumento público	Resultado esperado
Acesso	distância, inadequação física ou ausência de vaga	planejamento da oferta, transporte e acessibilidade	ingresso com condições de frequência
Participação	discriminação, isolamento ou comunicação inacessível	protocolos, apoios e formação das equipes	pertencimento e participação efetiva
Aprendizagem	currículo rígido ou apoio insuficiente	recursos pedagógicos e diferenciação de meios	avanço em objetivos educacionais comuns
Permanência	vulnerabilidades acumuladas e vínculos frágeis	acompanhamento intersetorial e busca ativa	continuidade da trajetória escolar

A tabela evidencia que uma única medida raramente resolve o problema da inclusão. Ampliar vagas sem garantir participação pode apenas deslocar a exclusão para dentro da escola. Da mesma forma, oferecer recursos pedagógicos sem enfrentar discriminações recorrentes preserva um ambiente no qual parte dos estudantes permanece em posição periférica. Políticas consistentes articulam dimensões, definem responsabilidades e acompanham se os meios adotados alteram de fato a experiência educacional.

► Marcos institucionais e coordenação da oferta

No Brasil, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão compõem referências amplamente consolidadas para a garantia do direito à educação e para a organização de responsabilidades públicas. A efetivação desse direito depende de redes capazes de converter princípios gerais em escolas acessíveis, equipes qualificadas, recursos adequados e mecanismos de proteção contra discriminações. Como a educação básica envolve União, estados, Distrito Federal e municípios, a coordenação federativa é decisiva para reduzir desigualdades de capacidade administrativa e financeira entre territórios.

Intersetorialidade sem dispersão de responsabilidade

Muitas barreiras educacionais se relacionam com transporte, assistência social, saúde, proteção de direitos e condições urbanas. A articulação entre setores pode ampliar a capacidade de resposta, mas não deve servir para transferir a responsabilidade pedagógica para fora da escola. Cabe à educação identificar o que precisa ser modificado no currículo, na avaliação, na comunicação e na organização dos tempos e espaços. Outros serviços podem complementar essa ação quando houver necessidades que ultrapassem a competência educacional. Um município que identifica faltas recorrentes por dificuldade de deslocamento, por exemplo, precisa tratar o transporte como parte da garantia de acesso sem transformar a questão logística em explicação para expectativas pedagógicas menores.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO COMO CONDIÇÃO DE QUALIDADE

Valorizar o magistério significa criar condições para que o trabalho docente seja socialmente reconhecido, profissionalmente sustentado e pedagogicamente qualificado. A valorização não se esgota em uma única variável. Remuneração, carreira, formação, tempo de trabalho, condições materiais, participação nas decisões e estabilidade das equipes interferem conjuntamente na capacidade de planejar, acompanhar estudantes e construir projetos coletivos. Uma política que amplia responsabilidades docentes sem assegurar recursos e tempo institucional pode aumentar a sobrecarga; outra que oferece formação desconectada dos desafios reais da rede pode produzir baixa incorporação ao cotidiano.

► Formação inicial, inserção profissional e desenvolvimento contínuo

A formação inicial oferece fundamentos científicos, pedagógicos e éticos para o exercício da docência. O ingresso na profissão, porém, apresenta situações que só se tornam plenamente compreensíveis no contato com turmas, famílias, currículos e rotinas institucionais. Redes de ensino podem reduzir a distância entre formação e prática por meio de acolhimento profissional, acompanhamento de docentes iniciantes, trabalho colaborativo e tempos protegidos para planejamento. A formação continuada ganha mais sentido quando parte de problemas concretos, dialoga com dados da própria escola e permite testar, analisar e aperfeiçoar decisões pedagógicas.

